

DOCUMENTO FINAL
52ª ASSEMBLEIA REGIONAL DO CIMI MATO GROSSO

“Eu vim para que tenham vida, e a tenham com abundância” (Jo 10,10)

Nós, missionários e missionárias do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Regional Mato Grosso e indígenas reunidos em assembleia, movidos pelo testemunho dos mártires Padre Rodolfo, Simão Bororo e Padre João Bosco, ocorrido há 50 anos, e pelo recente falecimento de Alcilene Bezerra, vice-presidente do Cimi, pela escuta dos povos originários e impulsionados pelo Evangelho da vida, reafirmamos nossa missão profética diante do Estado, da democracia e da luta dos povos indígenas.

O Estado brasileiro, em sua estrutura atual, apresenta-se contraditório: ao mesmo tempo em que a Constituição Federal de 1988 reconhece os direitos originários dos povos indígenas, os Três Poderes — Executivo, Legislativo e Judiciário — atuam, muitas vezes, para esvaziar esses direitos.

A democracia brasileira vive sob constante ataque. O avanço de pautas legislativas, como a Lei nº 14.701, e a mesa de conciliação proposta pelo Supremo Tribunal Federal representam um golpe contra os direitos conquistados. Esses projetos, articulados pelo capital financeiro, violam o princípio da dignidade humana e paralisam as demarcações. As Terras Indígenas são patrimônio da União, e o Estado falha em sua obrigação de protegê-las, deixando os povos expostos à violência.

O modelo produtivo de Mato Grosso, baseado em falsas soluções, como a monocultura, o desmatamento, o uso criminoso de agrotóxicos, o garimpo, a implantação de grandes projetos e a economia verde, é gerador de morte, destruição e escassez de água. Os povos indígenas são vítimas diretas dessa lógica, que trata a natureza como mercadoria e a vida como obstáculo ao lucro.

Denunciamos o crescimento do fascismo em nosso país, que se manifesta na criminalização das lideranças e das retomadas indígenas, na violência política contra os defensores de direitos humanos, na tentativa de silenciar vozes críticas e na negociação dos direitos constitucionais, especialmente os previstos nos artigos 231 e 232 da Constituição Federal e na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O fascismo, em sua lógica autoritária e excludente, alimenta a morosidade do Estado, que se torna conivente com a violência e omisso diante dos direitos dos povos originários. O discurso de ódio e a desinformação são usados como ferramentas para deslegitimar as lutas indígenas e justificar a expropriação de seus territórios.

Exigimos a demarcação e a desintrusão de todos os territórios indígenas; a interdição e a proteção das áreas onde vivem os povos livres; a garantia de água potável para todas as comunidades indígenas; a proteção territorial; e a promoção das economias indígenas.

Reafirmamos nosso compromisso com a construção do Bem Viver. Inspirados pelo sonho dos mártires e pela resistência dos Encantados, seguiremos ao lado dos povos indígenas na defesa de seus direitos, de seus territórios e de sua autonomia. Contra o

fascismo e a morosidade do Estado, respondemos com organização, mobilização e esperança ativa.

Reafirmamos que a luta dos povos indígenas é uma luta de toda a sociedade. Seus territórios são essenciais no enfrentamento do colapso climático, e suas formas de vida constituem alternativas concretas ao desenvolvimento predatório.

Que a divina Ruah e os Encantados iluminem nosso caminho na construção de uma democracia plena, na qual o Estado cumpra seu dever, a natureza seja respeitada como sujeito de direitos e todos os povos vivam em paz com a Mãe Terra.

Barra do Garças, 24 de julho de 2026.